

CORREIO PAULISTANO

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP



“Estamos exaustos”, disse o Prefeito da capital

Nunes cobra rapidez após decisão da Aneel sobre Enel

O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), voltou a pressionar o governo federal por uma resposta mais rápida após a decisão unânime da área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica de não recomendar a renovação da concessão da Enel na capital paulista. Nunes afirmou que espera que o governo federal avance nas medidas necessárias para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa decretar uma intervenção. Nesse cenário, haveria duas alternativas principais: a venda da concessão ou a realização de uma nova licitação, opção considerada mais provável pelo prefeito. “Estamos exaustos da incapacidade da Enel de prestar um serviço digno às milhares de famílias da capital paulista.”

Nunes ajuda Flávio Bolsonaro

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, passou a colaborar na construção do plano de governo do senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência pelo PL. A participação começou após convite feito em março. Nunes atua na elaboração de propostas nas áreas de segurança pública, mobilidade urbana e alimentação, com base em ações adotadas na capital paulista, em articulação com outros integrantes do grupo político.

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP



Novo Projeto de Lei deve ser apresentado em plenário

Câmara revoga benefícios

A Mesa Diretora da Câmara de SP, que representa os 55 vereadores do Legislativo, reavaliou, em reunião na tarde desta terça-feira (7), o benefício nutricional pago aos aposentados. O benefício havia sido criado por Lei no ano de 2023. Agora, um novo Projeto de Lei propondo a revogação deve ser apresentado nesta quarta-feira (7) em plenário. A decisão que reavaliou a matéria também será comunicada ao Ministério Público. A criação não tinha previsão legal e ignorava decisão do STF que veda auxílio-alimentação para servidores inativos.

Cartilhas sobre serviços funerários

A Comissão de Saúde da Câmara Municipal de São Paulo realiza nesta quarta-feira (8), às 14h, audiência pública para discutir a padronização de cartilhas sobre serviços funerários na capital paulista. O debate atende determinação do STF e solicitação da SP Regula. A participação pode ser presencial ou virtual, com transmissão ao vivo pelos canais oficiais do Legislativo paulistano.

Crianças

A Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo realiza, nesta quinta-feira (9), das 12h às 13h30, uma reunião ordinária semipresencial na Sala Tiradentes. A atividade é presidida pela vereadora Ana Carolina Oliveira (PODE).

Meio Ambiente

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal da cidade de São Paulo realiza, nesta quinta-feira (9), das 13h às 15h, uma audiência pública semipresencial no Salão Nobre do Prédio sede do legislativo. A atividade é conduzida pelo vereador Rubinho Nunes (União).

Homenagem

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo realiza, nesta quarta-feira (8), das 19h às 22h, no Salão Nobre do legislativo, uma sessão solene para a entrega do Título de Cidadã Paulistana a Luciana Chinaglia Quintão, criadora do Banco de Alimentos. A homenagem foi proposta pelo vereador Eliseu Gabriel (PSB).

Parkinson

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo realiza, no próximo dia 10 de abril, sexta-feira, das 14h às 18h, uma solenidade em alusão ao Dia de Conscientização da Doença de Parkinson. O evento ocorre na sede do legislativo paulistano, na Sala Sérgio Vieira de Mello. O encontro é organizado pelo vereador Gilberto Nascimento (PL).

Comissão Saúde

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal da cidade de São Paulo realiza, nesta sexta-feira (10), das 11h às 13h, audiência pública semipresencial no Salão Nobre. O debate trata da padronização de cartilhas sobre serviços funerários e é conduzido pelo vereador Ely Teruel (MDB).

Ano da China

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo promove, nesta sexta-feira (10), das 18h às 22h, no Salão Nobre, solenidade em homenagem ao Festival da Lua e ao Ano da Cultura Brasil-China. A iniciativa destaca o intercâmbio cultural entre os países e é organizada pelo vereador George Hato (MDB).



Pesquisa é da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Remoções pagam só 25% de casa popular em SP

Levantamento aponta baixas indenizações e saída da fila

Da Redação

Um levantamento acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP aponta que famílias retiradas de áreas de risco ou impactadas por obras públicas na cidade de SP têm recebido indenizações que correspondem, em média, a cerca de um quarto do valor de uma unidade habitacional popular. Os dados consideram pagamentos realizados entre 2022 e 2026 com base na legislação municipal.

Segundo a pesquisa, o valor médio pago às famílias gira em torno de R\$ 55,9 mil. Esse montante está bem abaixo do custo mínimo de imóveis vinculados a programas habitacionais municipais, que partem de aproximadamente R\$ 218 mil. Ainda assim, o pagamento é classificado como solução definitiva de moradia, o que impede os beneficiários de acessar futuramente programas habitacionais ou auxílios.

O estudo indica que a maior parte das famílias indenizadas já estava cadastrada na fila por moradia. Ao aceitarem o valor, deixam automaticamente a lista. Para os pesquisadores, esse mecanismo reduz a fila apenas do ponto de vista estatístico, sem garantir que essas pessoas consigam, de fato, uma habitação adequada com os recursos recebidos.

A legislação vigente estabelece que o cálculo das indenizações considera apenas as benfeitorias realizadas no imóvel, como materiais de construção. Elementos como o valor do terreno e custos de mão de

obra não entram na conta. Em casos onde há um proprietário formal do terreno, o valor destinado a ele é descontado da quantia paga à família ocupante. Após o recebimento, o prazo para desocupação é curto.

Embora exista a opção de auxílio-aluguel ou de ingresso em programas habitacionais, o estudo aponta que, na prática, a indenização tem sido a alternativa mais utilizada. Pesquisadores avaliam que isso ocorre por ser um processo mais rápido e menos complexo do ponto de vista operacional.

Outro ponto destacado é o tempo de espera por moradia definitiva. Em programas habitacionais, a entrega de unidades pode levar anos, dependendo de fatores como disponibilidade de recursos, terrenos e andamento de obras. Em alguns casos, a espera ultrapassa uma década.

De acordo com a análise, como os valores pagos não são suficientes para a compra de imóveis no mercado formal, parte das famílias acaba migrando para novas ocupações irregulares, muitas vezes em áreas também sujeitas a riscos.

A prefeitura afirma que as indenizações não são obrigatórias e que os moradores podem optar por alternativas como moradia em programas públicos, com suporte temporário de auxílio-aluguel até a entrega das unidades. Também sustenta que os valores pagos têm caráter compensatório e não equivalem ao custo de imóveis regulares.

Os pesquisadores recorreram a informações públicas disponíveis.